INFORMATIVO
Abril/2017

SEEB IPATINGA
A força do trabalhador de Minas Gerais

Bancários EM AÇÃO

CONTRAF CUT
FETRAFI-MG CUT

Deputados aprovam terceirização no Brasil

Bancos irão operar sem bancários e demais trabalhadores também perderão seus direitos

Na noite do último dia 22, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei (PL) 4.302, apresentado em 1998, que aprova a terceirização generalizada, em todas as atividades das empresas, inclusive na atividade-fim. Foram 231 votos a favor, 188 contra e oito abstenções. Mesmo sob o protesto da classe trabalhadora e da categoria bancária, que sempre se manifestou contra o projeto, a proposta foi aprovada e segue agora para a sanção de Michel Temer, um dos principais articulares da manobra contra os trabalhadores.

Roberto von der Osten, presidente da Contraf-CUT afirma que o sindicato fará um avaliação anual denunciando os dados sobre emprego, afetados pela medida. "Vamos levantar todos os dados da categoria nesta data: número de empregados formais X terceirizados, salários de cada segmento, número de horas trabalhadas, e vamos publicar junto com o nome dos deputados que destruíram o emprego formal dos bancários, para mostrar para os eleitores quem são os canalhas em quem eles votaram, para que não repitam o erro jamais", critica.

"O banco pode ter gerente que não é bancário. Gerente de conta, de relacionamento, analisando crédito que não é bancário, caixa que não é bancário, e por aí vai. Pode ter contratação na Caixa e no Banco do Brasil sem a necessidade de concurso público. O projeto vai reduzir direitos e representa um golpe contra os bancários e toda a classe trabalhadora", disse Juvandia Moreira, vice-presidenta da Contraf-CUT e presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

Centrais sindicais, o Dieese, representantes do Ministério Público e da Justiça do Trabalho afirmam que terceirização sem limites equivale a precarização e ameaça do emprego formal. A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA, entidade que representa cerca de 4 mil juízes do Trabalho, divulgou nota em que conclama o presidente Michel Temer, a vetar o projeto, para proteger a dignidade e a cidadania no país.

Entenda a terceirização:

1) A proposta acarretará, para milhões de trabalhadores, o rebaixamento de salários e de suas condições de trabalho, instituindo como regra a precarização nas relações de trabalho.

2) O projeto agrava o quadro em que hoje se encontram aproximadamente 12 milhões de trabalhadores terceirizados, contra 35 milhões de contratados diretamente; os números podem ser invertidos com a aprovação da medida.

3) Terceirizados lidam com elevada taxa de rotatividade: os profissionais trabalham em média 3 horas a mais que os empregados diretos, além de ficarem em média 2,7 anos no emprego intermediado, enquanto os contratados permanentes ficam em seus postos de trabalho, em média, por 5,8 anos.

4) O já elevado número de acidentes de trabalho no Brasil (a cada dez acidentes, oito acontecem com empregados terceirizados) tende a ser agravado ainda mais, gerando prejuízos aos trabalhadores, para o SUS e para Previdência Social.

5) As empresas agora poderão contar com segurança jurídica para precarizar as relações de trabalho. A contratante não responderá conjuntamente à terceirizada sobre ações trabalhistas, a chamada responsabilidade subsidiária.

6) Com a terceirização os concursos públicos serão diminuídos ou, até mesmo extintos, porque vai aumentar a substituição de servidores concursados por terceirizados, incentivando, ainda, o nepotismo.

Entenda o "déficit" da Previdência e saiba quem é o verdadeiro vilão

A reforma do presidente Michel Temer se apoia na ideia de que há um "déficit" na Previdência Social e isso vem ameaçando fortemente a classe trabalhadora de perder bem mais do que os poucos direitos já alcançados. Ao passo que essa mesma reforma mantém privilégios da elite financeira, com o pagamento dos juros da dívida pública – R$ 500 bilhões.

Contrariamente ao que se informa, há dados que comprovam superávit no Sistema de Seguridade Social e da Previdência Urbana, que poderia ser ainda maior não fossem os inúmeros artifícios usados para mostrar que há déficit.

A Previdência, juntamente com Assistência e Saúde, faz parte da Seguridade Social. No artigo 195 da Constituição Federal está descrita a origem do custeio deste sistema. Em 2014, de acordo com a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), as receitas da Seguridade Social atingiram R$ 686,1 bilhões, e as despesas, R$ 632,2 bilhões – portanto, um superávit de R$ 53,9 bilhões. A arrecadação líquida da Previdência Urbana foi de R$ 312,8 bilhões, e as despesas, de R$ 296,4 bilhões, um superávit de R$ 16,4 bilhões. Por outro lado, a arrecadação líquida da Previdência Rural foi de R$ 6,7 bilhões, e a despesa, de R$ 86,5 bilhões, um aparente déficit de R$ 79,8 bilhões.

Em relação ao pagamento da Previdência Rural, que atende cerca de 8,5 milhões de trabalhadores, é necessário destacar que a maioria deles nunca contribuiu diretamente com o sistema previdenciário, já que grande parte não tinha registro na carteira de trabalho. Isso significa que o pagamento de suas aposentadorias não tem uma base permanente de receitas da mesma qualidade que os trabalhadores urbanos, pois, no caso destes últimos, elas são provenientes, entre outras, das contribuições de quem tem carteira assinada.

Custeio

Uma das fontes de recursos que se destinam à Previdência e bancam as aposentadorias rurais é definida pela Lei 8.212/91, cuja base principal é 2% do total da produção agrícola comercializada no país. Segundo cálculos da Confederação Nacional da Agricultura, em 2014, o PIB agrícola teria sido de R$ 1 trilhão; portanto, se não houvesse ocorrido sonegação, a contribuição deveria ter sido de R$ 20 bilhões, e não de R$ 6,7 bilhões, como ocorreu. Outra dessas fontes está relacionada à criação das contribuições Cofins e CSLL.

Ainda sobre esse tema, com base no estudo da Anfip, três questões devem ser destacadas. A primeira é que não há nenhum caso na experiência internacional em que a Previdência Rural não seja deficitária. A segunda é que as projeções apontam para a estabilização ou até mesmo a redução do déficit, em virtude da tendência de redução da população ocupada na agropecuária. E a terceira é que a Previdência Rural causa um importante impacto econômico nos pequenos municípios brasileiros e em 60% deles representa mais recursos do que o Fundo de Participação dos Municípios.

Outra abordagem que nos leva a entender como os recursos da Previdência são subtraídos está ligada às renúncias fiscais e desonerações. Estas ocorrem por meio do Simples, de entidades filantrópicas, empresários, entre outras classes. Apenas em 2014, atingiram R$ 33 bilhões.

Quem paga o pato

O que precisa ser compreendido é que, se os governos tomaram iniciativas para beneficiar segmentos da economia e retiraram recursos da Previdência e do Sistema de Seguridade Social por meio da renúncia fiscal, eles deveriam compensar essas perdas, na mesma proporção, com recursos do Tesouro Nacional. O trabalhador e os aposentados não podem ser prejudicados pelas políticas de governo.

Outro fator agravante é a sonegação em relação aos tributos que a Previdência deve receber. O estoque da dívida ativa dessa sonegação em 2014 era de R$ 307,7 bilhões, mas o governo recuperou para os cofres públicos naquele ano somente R$ 1 bilhão, isto é, 0,33% da dívida. Isso significa ineficiência da fiscalização e ainda na recuperação desses recursos.

Existe uma ampla possibilidade de elevar as receitas da Previdência por meio de rigorosa fiscalização das empresas contribuintes do sistema. Ainda segundo estudos do Instituto de Economia da Unicamp, é possível elevar essas receitas, com a formalização do trabalho assalariado sem carteira assinada, extinção do enquadramento de acidentes de trabalho como doenças comuns, entre outras medidas.

É possível concluir que não há déficit na Seguridade Social nem na Previdência. Em contraposição à propagação irresponsável de que a Previdência é a grande vilã do déficit público, é necessário lembrar que o pagamento de juros da dívida pública deve chegar em 2016 a R$ 600 bilhões; em 2015 foi responsável por 80% do déficit do setor público (R$ 500 bilhões), sendo este, portanto, o verdadeiro vilão da história.

O tema deve ser discutido amplamente com todos os setores da sociedade, mas com base em todos os reais números da Previdência e Seguridade, não com base no que esse governo considera como pertinente para a reforma.

Parlamentares que votarão reforma querem se aposentar pela regra atual

Entre as 146 emendas propostas por deputados ao projeto da Reforma da Previdência enviado ao Congresso pelo presidente não eleito, Michel Temer, (PMDB) uma se destaca. Porque ela propõe que seja garantida a aposentadoria pelas regras atuais a parlamentares menores de 65 anos, diferentemente dos demais cidadãos. Trata-se da Emenda nº 24, que visa assegurar uma espécie de "regra de transição" para proteger a aposentadoria dos políticos que contribuem com o Plano de Seguridade Social dos Congressistas.

O texto apresentado pelo deputado federal Carlos Eduardo Cadoca (PDT-PE) recebeu 204 assinaturas de apoio dos demais parlamentares e será analisado pelo relator da proposta, Arthur Maia (PPS-BA). Pela emenda, os políticos maiores de 54 anos e aqueles que já tiverem cumprido o tempo de ao menos um mandato não seriam afetados pelas mudanças previdenciárias, permanecendo com a necessidade de contribuição de 35 anos. Quem não se encaixar nas regras teria que pagar uma taxa de transição de 50% do tempo restante.

Injustiça com o trabalhador

O Plano dos Congressistas estabelece o recebimento vitalício de um salário integral de R$ 33,7 mil por mês para parlamentares que realizarem a contribuição voluntária durante 35 anos. De acordo com a proposta que está sendo debatida, os demais brasileiros devem colaborar por pelo menos 49 anos para receber o valor integral.

Para os demais brasileiros, a reforma de Temer afetará todos os menores de 50 anos que contribuem para o sistema geral da Previdência, submetendo-os às novas regras. Para os parlamentares, de acordo com a emenda de Cadoca, o sistema apenas valerá para quem tomar posse após a reforma ter entrado em vigor.

Atualmente, a proposta de Reforma da Previdência está em análise em uma comissão especial da Câmara. O parecer de Maia deve ser votado e, em seguida, caberá ao plenário da Casa votar o projeto, que então será analisado pelo Senado.

Trabalhador ativo também está na mira do governo

Temer favorece novamente empresariado em reforma trabalhista

O governo de Michel Temer está trabalhando para passar também a Reforma Trabalhista. No entanto, a ação propõe como soluções para a crise do desemprego fórmulas testadas e desaprovadas aqui e lá fora. O projeto é uma demanda do empresariado que quer maximizar seus lucros sem respeito aos direitos dos empegados. A proposta é rejeitada pelo Ministério Público do Trabalho, que recomenda-lhe ajustes.

O projeto tem fundamento na ideia de que a CLT é "velha", não oferece "segurança jurídica" e não ajuda a "melhorar o ambiente de negócios". A CLT, de fato, não dá "segurança jurídica" para fazer o querem: demitir sem custos, contratar precariamente, explorar a mão de obra com jornadas extensas, sem segurança, e outros acessórios importantes para o bem-estar do trabalhador ou trabalhadora.

A segurança jurídica que quer o mercado é a insegurança jurídica dos trabalhadores. A "melhoria do ambiente de negócios" é o eufemismo utilizado para dizer que querem a desregulamentação total das relações de trabalho.

NOVAS REGRAS

O trabalho em regime parcial, que hoje é de 25 horas, passaria para 30 horas, e mais 26 de horas extras. Neste caso, o empregador poderá empregar um parcial em regime quase integral, e pagando salário de parcial, então não teria razão para contratar um trabalhador em regime integral.

Ainda, o contrato de trabalho temporário que dura hoje 90 dias, prorrogáveis por mais 90, seria ampliado para 120, prorrogáveis por mais 120. Totalizando oito meses de temporariedade. Aqui o MPT vê dois problemas: que a alteração sazonal faz parte do risco do negócio e que não há nenhuma justificativa para aumentar a validade do contrato temporário.

Disputa injusta: trabalhador X capital

Mas há outros aspectos negativos no projeto. Não apenas no texto em si, mas também em relação ao momento em que foi apresentado. Estamos em uma conjuntura de depressão econômica e desemprego crescente, que obriga os trabalhadores a fazerem uma disputa injusta e desigual com o capital, tendo que aceitar diversos "acordos" para manterem seus empregos.

Num momento como o que estamos vivendo, o trabalhador só tem desvantagens, porque as negociações são feitas sob ameaças que comprometem sua existência digna. Por isso, o "império da lei" é fundamental, pois só a lei pode salvar o trabalhador da sanha pelo lucro incessante e a todo custo.

"Uberização" dos bancos já exterminou mais de 50 mil vagas em cinco anos

Somente Escriturários e Caixas perderam 20 mil postos de trabalho, entre 2003 e 2015

Durante o Congresso Extraordinário da Contraf-Cut, acontecido no início do mês, a economista Vivian Machado, apresentou o estudo do Dieese "Reestruturação Produtiva e o Emprego nos Bancos - O Novo Modelo Bancário. A pesquisa revela que as operações via internet banking e mobile banking estão impactando negativamente na rotina dos bancários.

O impacto na redução dos postos de trabalho tem grandes números. Entre fevereiro de 2012 e janeiro de 2017, foram eliminados 48.757 postos de trabalho no bancos, exceto a Caixa Econômica Federal, que sozinha fechou 4.907 empregos, somente entre março de 2015 e janeiro de 2017. Entre as ocupações que perderam espaço na reestruturação, os escriturários são os mais afetados, com 15.654 postos de trabalho fechados, seguidos pelo Caixa de banco, com redução de 5.148 vagas.

"A categoria bancária é muito impactada pelas novas tecnologias. Está surgindo o proletariado precário, vai existir uma grande massa de trabalhadores que vai ficar com os piores salários e os priores trabalhos. Além da tecnologia, estamos vivendo uma crise econômica e um ataque brutal de retirada de direitos e previdência que complica ainda mais a situação", analisou Roberto von der Osten, presidente da Contraf-CUT, durante o evento.

Vivian Machado também apresentou o quadro com as transações bancárias em 2016. No Itaú e no Bradesco, as operações por canais virtuais já são mais de 70%. "O cliente paga o serviço para o banco e ainda tem que fazer tudo sozinho, pelo celular ou computador. Segundo o Banco Central, a lei 12.865, de 2013, tinha o objetivo de regulamentar os meios de pagamentos eletrônicos no país, mas para os bancos significou mais lucro e uma redução expressiva de custos", avalia a economista.

Em pouco mais de um ano, já são quatro bancos 100% digitais operando no Brasil: Banco Original, Banco Intermedium, Banco Neon (sem tarifa de manutenção) e Banco Next (deve iniciar as atividades em breve). Apenas do Itaú, entre dezembro de 2014 e dezembro de 2016 foram fechadas 288 agências físicas e criadas 104 agências digitais.

O estudo do Dieese demostra ainda que a jornada média de trabalho da categoria bancária subiu 6,7% em cinco ocupações, entre 2003 e 2015, chegando a 37 horas semanais. Por outro lado, o tempo no emprego diminuiu de 108 para 90 meses, com uma redução de 16,4% no período, como efeito da maior rotatividade no setor. O novo modelo bancário também aumenta a pressão sobre o trabalho bancário, o trabalhador é monitorado o tempo todo, seja por e-mails, uso da internet, softwares de controle de tarefas, entre outras ferramentas.

"Percebemos que o número de ocupações de gerentes teve aumento. Um reflexo direto do uso das novas tecnologias. O banco quer que o gerente trabalhe em ritmo mais acelerado, que leva a um maior adoecimento da categoria. Para não perder o cliente e o emprego, o funcionário trabalha o tempo todo, até fora do horário de expediente. Entre os desafios do movimento sindical, diante da nova realidade de relações do trabalho, impactada pela tecnologia, está identificar meios para fortalecer os sindicatos na defesa do emprego bancário e do ramo como um todo", conclui Vivian.

Dívida da Caixa com participantes da Funcef chega a R$ 6,5 bilhões

Passivo trabalhista do banco pode ser muito maior que os valores contabilizados

Dados da Funcef referentes a novembro de 2016 mostram que a provisão para pagar o passivo trabalhista gerado pela Caixa, o contencioso, só aumenta. O valor provisionado para as ações de perda provável - com condenação aguardada pelo jurídico - subiu de R$ 2 bilhões em dezembro de 2015 para R$ 2,4 bilhões em novembro de 2016, uma alta de 21,06%. De acordo com a Fundação, cerca de 73% das ações de perda provável já se encontram em fase de execução. Para as demais, é questão de tempo. No entanto, um grande montante ainda pode ser comprometido como mostram os relatórios da Fundação.

Além das cifras provisionadas, outra quantia ainda maior virá à tona em breve. É o chamado contencioso de perda possível, ou seja, as causas com probabilidade de execução avaliada em 50%, cuja provisão não é obrigatória. Notas explicativas emitidas pela Funcef informam que, em dezembro de 2015, essas ações somavam R$ 7,6 bilhões, enquanto em novembro de 2016 já atingiram R$ 8,2 bilhões, alta de 8,72%. A metade dessas causas terminará em condenação, logo, já são mais R$ 4,1 bilhões na conta. Ao todo, portanto, o prejuízo do contencioso é de R$ 6,5 bilhões.

"A Funcef não se mobiliza para negociar junto à Caixa a solução desse problema. Como administradora dos planos, sua omissão é desastrosa", afirma a diretora de Administração e Finanças da Fenae, Fabiana Matheus. Considerado o maior fator de déficit da Funcef, o contencioso é formado por ações movidas pelos empregados contra o banco e motivadas, em sua maioria, por horas extras, perdas de função e CTVA.

Impacto nos planos

O maior impacto do contencioso se dá no REG/Replan. No último plano de equacionamento, o contencioso representa 1/4 do déficit a equacionar na modalidade Saldada, enquanto os investimentos na Vale, por exemplo, equivalem a 16,4%. No Não Saldado, cerca de 42% da conta a ser dividida com os participantes vem do contencioso, enquanto 9,5% resultam de desvalorização da mineradora.

Em novembro de 2016, o REB já tinha R$ 53,2 milhões provisionados para o contencioso, o que representa um aumento de 4,8% em relação a dezembro de 2015, quando a provisão era de R$ 50,7 milhões. O Novo Plano tem a menor provisão em termos absolutos, mas apresentou o maior crescimento entre todos os planos de benefícios. Fechou 2015 com 24,2 milhões e chegou a novembro do ano seguinte com R$ 45 milhões, um incremento de mais de 85%.

"A perspectiva é ruim. Se continuar assim, em poucos anos, o contencioso vai inviabilizar os planos da Funcef", alerta a diretora da Fenae.

Problema antigo

Em 2011, o estudo "Passivo Contingencial: origem e responsabilidade", publicado pela Fenae na Revista Fórum Funcef, já apontava as responsabilidades da Caixa e da Fundação. A repercussão do estudo culminou na implantação de grupo de trabalho entre o banco e a Funcef, do qual resultou solução para quatro objetos de causas judiciais: auxílio alimentação, cesta alimentação, abono e PAMS.

Desde então, quando o participante ganha uma causa com um desses objetos e com impacto no benefício, a Caixa aporta os recursos no fundo de pensão. A questão do CTVA, porém, não foi resolvida, embora seja o principal motivo das ações que integram o contencioso. Em 2016, o movimento bancário conseguiu aprovar a criação de um grupo tripartite para discussão desse e de outros temas, mas a Funcef não viabilizou sua realização.

Novembro de 2016 - Perda Provável

Em mil R$	Contingencial dezembro de 2015 (perda provável)	Contingencial novembro de 2016 (perda provável)	*Diferença 2015-2016*	*Variação 2015-2016*
REG/REPLAN Saldado	R$ 1.495.976	R$ 1.833.680	*R$ 337.704*	*22,57%*
REG/REPLAN Não Saldado	R$ 419.214	R$ 477.441	*R$ 58.227*	*13,89%*
REB	R$ 50.766	R$ 53.205	*R$ 2.439*	*4,80%*
Novo Plano	R$ 24.231	R$ 45.023	*R$ 20.792*	*85,81%*
Total FUNCEF exclusivamente planos (*)	**R$ 1.990.187**	**R$ 2.409.349**	***R$ 419.162***	*21,06%*

Fonte: FUNCEF - Demonstrações contábeis novembro de 2016
Elaboração: DIEESE - Subseção APCEF/SP
(*) Não incluído total de ativo e contingencial do Plano Geral de Administração (PGA)

Novembro de 2016 - Perda possível

Em mil R$	Contingencial 2015 (perda possível)	Contingencial - novembro de 2016 (perda possível)	*Diferença 2015-2016*	*Variação 2015-2016*
REG/REPLAN Saldado	R$ 6.583.075	R$ 7.177.652	*R$ 594.577*	*9,03%*
REG/REPLAN Não Saldado	R$ 808.211	R$ 862.057	*R$ 53.846*	*6,66%*
REB	R$ 209.398	R$ 223.219	*R$ 13.821*	*6,60%*
Novo Plano	R$ 29.620	R$ 32.709	*R$ 3.089*	*10,43%*
Total FUNCEF exclusivamente planos (*)	**R$ 7.630.304**	**R$ 8.295.637**	***R$ 665.333***	*8,72%*

Fonte: FUNCEF - Demonstrações contábeis novembro de 2016
Elaboração: DIEESE - Subseção APCEF/SP
(*) Não incluído total de ativo e contingencial do Plano Geral de Administração (PGA)

Fonte: Fenae

Mulheres reivindicam igualdade nos bancos

Bancárias ainda sofrem com machismo dentro das instituições e lutam por reconhecimento

No mês da mulher, abrimos o debate para falar sobre machismo no ambiente de trabalho. Apesar das muitas conquistas das mulheres, ao longo dos tempos, elas ainda enfrentam muito preconceito e machismo dentro dos bancos. São milhares de bancárias, milhares de sindicalizadas, centenas de gerentes, algumas superintendentes, e poucas (ainda) estão nos cargos de diretorias e presidência.

Mulheres inteligentes, capacitadas, batalhadoras e preparadas, que perdem a promoção para o colega, pelo simples fato dele ser homem. Ou, ainda, ocupam o mesmo cargo e tem o mesmo nível de instrução, mas recebem 30% a menos que o homem, segundo dados da pesquisa do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

O cenário, que parece coisa do passado, acontece dentro das mais diferentes empresas, inclusive nos bancos, todos os dias. Conviver com o machismo, ainda naturalizado, no ambiente de trabalho é mais um desafio, que torna a competição por cargos melhores entre homens e mulheres desleal.

É preciso combater o machismo com o esclarecimento de que as mulheres exigem ser respeitadas e que haja igualdade de oportunidades, uma vez que elas se formam e preparam para as vagas de trabalho tanto quanto ou melhor do que alguns homens. UMA MULHER DO SINDICATO, acrescenta que "não aceitaremos nenhum direito a menos e cada vez mais estamos provando que temos capacidade de liderança e merecemos os cargos de chefia e ainda, exigimos ser tratadas com igualdade e respeito nos locais de trabalho".

Contraf dá continuidade aos encontros itinerantes sobre saúde

O Coletivo de Saúde do Trabalhador da Contraf-CUT, se reuniu em Curitiba neste mês, para debater as demandas dos bancários e o resultados das últimas reuniões com a Fenaban sobre saúde. A avaliação do instrumento de combate ao assédio moral, previsto na convenção de trabalho dos bancários, esteve entre os temas da reunião. O encontro na capital paranaense dá continuidade ao projeto de reuniões itinerantes do Coletivo em todo Brasil.

A advogada da Contraf-CUT, Leonor Poço Jacobsen, lembrou que falar de saúde do trabalhador é falar do desmonte do mínimo que nós teremos com a Reforma da Previdência em curso no país. "Em dez anos, ocorreram 5 milhões de acidentes de trabalho no país. Esses dados estão ocultos e não conseguimos auferir. Essa pesquisa traz luz ao debate sobre o adoecimento no trabalho", falou, referindo-se a um levantamento do IBGE sobre os acidentes de trabalho e à pesquisa sobre assédio moral organizacional feita com base em dados fornecidos pelo Sindicato.

Em 2017, completa seis anos da assinatura, entre a Contraf-CUT e a Fenaban, da cláusula do Instrumento de Combate ao Assédio Moral no Trabalho, dentro da CCT dos bancários. Só no ano passado, foram levantadas 1.503 denúncias pelo programa. Desse total, 1.325 foram encaminhadas pelos canais internos dos bancos. Outras 178 foram encaminhadas pelos sindicatos signatários do Instrumento.

O foco do Instrumento é a prevenção: é necessário saber qual o universo de problemas que transitam pelos canais internos dos bancos. Com os tipos de dados listados, poderá se classificar os mais frequentes e graves problemas e, a partir desse patamar elaborar políticas de prevenção. Assim os sindicatos podem cobrar dos bancos com mais eficiência a identificação e resolução dos casos.

A diretora de saúde da FETRAFI-CUT-MG e do SEEB de Ipatinga e Região, Helyany Gomes, esteve presente ao evento e reforça que "o movimento sindical se preocupa e está presente constantemente no dia a dia dos bancários para ajudar a identificar e prevenir possíveis problemas ocupacionais devidos às jornadas, metas abusivas e demais condições de trabalho que adoecem o trabalhador e que a instituição continuará na busca por melhores condições de trabalho e direitos para toda a classe".

No último dia 21 de março, foi lembrado o Dia Internacional Contra a Discriminação Racial. A data traz à tona várias pesquisas, que refletem a realidade, ainda cheia de preconceitos e desigualdades, vivida pelos negros e negras no país.

Os trabalhadores pretos e pardos são os que mais sofrem com o desemprego no Brasil. De acordo com os dados do IBGE, divulgados em fevereiro deste ano, dos 12,3 milhões de desempregados, cerca de 64% são pardos e pretos. "No setor bancário há uma resistência forte na contratação de negros", ressalta o secretário de Combate ao Racismo da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Almir Aguiar.

Ele ainda acrescenta que "estamos tentando, há vários anos, colocar na convenção coletiva dos bancários a questão das cotas na contratação. A nossa proposta é que 20% das vagas de trabalho em bancos e financeiras sejam para negros e negras, mas a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) ainda resiste em aceitar a reivindicação".

O II Censo da Diversidade, divulgado pela Fenaban em 2014, mostrou que, dos 500 mil bancários que atuam no setor, somente 24,7% são negros. Desse percentual, apenas 3,4% se declararam pretos e nesta mesma pesquisa não

aparecem dados específicos sobre a mulher negra dentro dos bancos.

"A discriminação racial ainda é um problema sério na categoria. Inclusive, os negros que trabalham na área recebem, em média, um salário 27% menor do que um trabalhador branco", ressalta o secretário.

Dia de luta

O Dia Internacional Contra a Discriminação Racial (21 de março de 1960) lembra os protestos contra o regime do Apartheid, quando estudantes africanos, da cidade de Shaperville, foram violentamente oprimidos pela polícia do regime opressor, que abriu fogo sobre a multidão desarmada resultando em 69 mortos e 186 feridos. Em memória ao massacre violento a ONU (Organização das Nações Unidas) instituiu a data como reflexão sobre a luta do povo negro contra o racismo.

INFORMATIVO SEEB IPATINGA — Bancários EM AÇÃO

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Ipatinga e Região

Rua Jacarandá, 612 - Horto - Ipatinga/MG
Telefax: (31) 3824-8572 / 3824-8978
www.bancariosipatinga.com.br

Presidente: José Carlos Bragança
Secretário de Imprensa: Eustáquio Vieira Santos
Diagramação: Ericson A. Rodrigues - Reg. 1947/MG
Jornalista: Ludmilla Oliveira - Reg. 19083-MG.
Impressão: Scrithos Gráfica / **Tiragem:** 800